

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/ CSET - SEJUSP/PAD Nº 421/2021 Processo Administrativo Disciplinar. Processados:C.A.O.A.- MaSP1.403.164-5eL.J.M. -MaSP1.455.193-1,Agentes de Segurança Penitenciária. Comissão Processante: Presidente: Letícia de Melo Bar- bosa; Membros: Ailb Abrão Oliveira Júnior e Francisco Luiz Cosmo Pinho. Belo Horizonte, SEJUSP, 28 de outubro de 2021. Rogério Greco Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública	EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/ CSET - SEJUSP/PDS Nº 092/2021 Processo Disciplinar. Simplificado. Decreto nº 47.788/2019. Acusados:R.C.M.- MaSP1.281.800-1, ex-prestador de servigona função de Agente de Segurança Penitenciário. Comissão Processante: Presidente:André Luiz Freitas; Membros: Rodnei Patrick Ribeiro e Frederico Campos Santana. Belo Horizonte, SEJUSP, 28 de outubro de 2021. Rogério Greco Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública	EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/ CSET - SEJUSP/PDS Nº 091/2021 Processo Disciplinar. Simplificado. Decreto nº 47.788/2019. Acusados:R.C.M.- MaSP1.329.656-1eF.S.O.- MaSP1.330.609-7,ex- prestadores de servigona função de Agente de Segurança Penitenciário. Comissão Processante: Presidente:Juliana Gonçalves Cherin; Mem- bros: Luciana Ota Vieira e Icaro Uriel França de Brito. Belo Horizonte, SEJUSP, 28 de outubro de 2021. Rogério Greco Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública	EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/ CSET - SEJUSP/PDS Nº 092/2021 Processo Disciplinar. Simplificado. Decreto nº 47.788/2019. Acusados:R.C.M.- MaSP1.329.656-1eF.S.O.- MaSP1.330.609-7,ex- prestadores de servigona função de Agente de Segurança Penitenciário. Comissão Processante: Presidente:Juliana Gonçalves Cherin; Mem- bros: Luciana Ota Vieira e Icaro Uriel França de Brito. Belo Horizonte, SEJUSP, 28 de outubro de 2021. Rogério Greco Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
--	--	---	---

28 1550552 - 1

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/FEAM/IEF/
IGAM Nº 3.104, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.
Dispõe sobre a remoção de servidor público do Quadro de Pessoal da
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentá-
vel, da Fundação Estadual do Meio Ambiente, do Instituto Estadual de
Florestas e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas.
A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS E O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, o inciso I do art. 10 do Decreto nº 47.760, de 20 de novembro de 2019, o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e o inciso I do art. 9º do Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 869, de 05 de julho de 1952, e na Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016,
RESOLVEM:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º – Ficam estabelecidas por meio desta resolução conjunta as normas e procedimentos para remoção do servidor público pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam –, do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam.
Art. 2º – Para os efeitos desta resolução conjunta considera-se:
I – remoção: movimentação do servidor, a pedido, de ofício ou por permuta, de uma unidade administrativa de exercício para outra unidade administrativa, com ou sem mudança de sede, podendo ser:
a) de ofício ou ex ofício: por iniciativa da Administração Pública, observada a conveniência, a oportunidade e o interesse público;
b) a pedido por interesse pessoal: por iniciativa do servidor público, observada a conveniência e a oportunidade da Administração Pública;
c) a pedido por permuta: por iniciativa de dois ou mais servidores públicos, observada a conveniência e a oportunidade da Administração Pública;
II – quadro de pessoal: o conjunto de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão de órgão ou de entidade;
III – órgão ou entidade de lotação: instituição de origem do cargo ocupado pelo servidor;
IV – órgão ou entidade de exercício: instituição onde o servidor exerce as suas atividades;
V – sede: município de localidade da unidade administrativa de exercício;
VI – unidade administrativa: local de exercício do servidor previsto em Lei ou no decreto de organização do órgão ou entidade;
VII – chefia imediata: gestor responsável pela unidade administrativa de exercício do servidor;
VIII – chefia mediatá: superior hierárquico direto da chefia imediata.
CAPÍTULO II
DAS REMOÇÕES
Seção I
Das remoções de ofício ou ex ofício
Art. 3º – A remoção de ofício ou ex ofício, por iniciativa da Administração Pública, observada a conveniência, oportunidade e interesse público, deverá ser formalizada por meio do preenchimento do “Formulário de Remoção Ex Ofício”.
§ 1º – O “Formulário de Remoção Ex Ofício” deverá ser assinado pelo solicitante com a devida motivação da Administração Pública, observada a conveniência, a oportunidade e o interesse público.
§ 2º – Após o preenchimento e assinatura do solicitante, o “Formulário de Remoção Ex Ofício” deverá ser encaminhado para a Diretoria de Provisão e Carreiras da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Semad.
§ 3º – São autoridades competentes para solicitar a remoção de ofício ou ex ofício:
I – dirigente máximo da Semad, da Feam, do IEF e do Igam;
II – Chefe de Gabinete da Semad, da Feam, do IEF e do Igam;
III – Subsecretários e Secretário Executivo da Semad, previstos nos incisos I, II, III, IV e VI do art. 43 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, Diretores da Feam, do IEF e do Igam, das unidades administrativas previstas nas alíneas “d”, “e”, “f” e “h” do inciso III do art. 9º, nas alíneas “d”, “e”, “f”, “i” e “j” do inciso III do art. 11 e nas alíneas “e”, “f”, “i” e “j” do inciso III do art. 13 da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, respectivamente;
IV – Superintendentes Regionais da Semad, Chefes Regionais do IEF e do Igam, cujas unidades administrativas estão previstas no inciso XII do art. 4º do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, na alínea “i” do inciso III do art. 7º do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e no item 4 da alínea “f” do inciso III do art. 5º do Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, respectivamente.
Seção II
Das remoções a pedido
Subseção I
Por interesse pessoal
Art. 4º – A remoção a pedido por interesse pessoal deverá ser formalizada por meio do preenchimento do “Formulário de Remoção a Pedido - Interesse Pessoal”, e caberá ao servidor público que a requereu anexar a documentação complementar, caso julgue necessário.
§ 1º – Após o preenchimento e assinatura do “Formulário de Remoção a Pedido - Interesse Pessoal” pelo servidor público requerente, este deverá ser assinado, se aprovado, pelas chefias imediatas e mediatas da unidade de exercício atual do servidor e enviado, exclusivamente, para a Diretoria de Provisão e Carreiras da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Semad.

§ 2º – Na hipótese da chefia imediata ou mediatá da unidade de exercício do servidor sugerir o indeferimento, ela deverá instruir o processo com a devida justificativa.

Subseção II
Por permuta

Art. 5º – A remoção por permuta deverá ser requerida pelos servidores públicos interessados, mediante o preenchimento e assinaturas no “Formulário de Remoção a Pedido – Permuta”.

§ 1º – A remoção por permuta dar-se-á somente nos casos em que houver interesse da Administração Pública.

§ 2º – Após o preenchimento e assinatura do “Formulário de Remoção a Pedido – Permuta” pelos interessados, este deverá ser assinado, se aprovado, também pelas chefias imediatas e mediatas das unidades de exercício dos servidores e encaminhado, exclusivamente, para a Diretoria de Provisão e Carreiras da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Semad.

§ 3º – Na hipótese da chefia imediata ou mediatá da unidade de exercício do servidor sugerir o indeferimento, ela deverá instruir o processo com a devida justificativa.

Seção III
Da análise, decisão e comunicação

Art. 6º – Caberá à Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Semad proceder com a análise da solicitação de remoção e remetê-la para manifestação das autoridades competentes acerca da remoção.

Art. 7º – A competência para manifestar acerca da remoção será das seguintes autoridades:

I – Chefe de Gabinete do órgão ou de entidade;

II – na Semad, dos Subsecretários e Secretário Executivo, no âmbito das unidades administrativas subordinadas à respectiva subsecretaria e daquela cuja área temática seja afeta à respectiva subsecretaria.

§ 1º – A autoridade competente apreciará o respectivo “Formulário de Remoção” e o remeterá à Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Semad, acompanhado da respectiva manifestação devidamente justificada.

§ 2º – Após a manifestação de deferimento da autoridade competente, a Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas enviará o pedido ao dirigente máximo competente para decisão final.

Art. 8º – Na hipótese do pedido de remoção ser deferido, a Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Semad, por meio da Diretoria de Provisão e Carreiras, informará ao servidor e suas respectivas chefias sobre a decisão final do dirigente máximo da Semad, da Feam, do IEF ou do Igam.

Parágrafo único – Quando se tratar de remoção para outro município, além do dirigente máximo do órgão ou entidade de exercício do servidor, o dirigente máximo do órgão ou entidade de lotação do servidor deverá manifestar sobre a remoção.

Seção IV
Do Exercício na Unidade

Art. 9º – O servidor público deverá entrar em exercício na unidade de destino no prazo de até trinta dias corridos, contados a partir da data da comunicação pela Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Semad ou da publicação no Diário Oficial do Poder Executivo, observado o interesse da Administração Pública, podendo o prazo ser prorrogado a juízo da autoridade competente, desde que a prorrogação não exceda a trinta dias.

§ 1º – O servidor público que não entrar em exercício dentro do prazo previsto no caput estará sujeito às penalidades previstas na Lei nº 869, de 05 de julho de 1952, em razão do descumprimento dos deveres estabelecidos na referida norma.

§ 2º – Caso o servidor público removido esteja em gozo de licença ou férias na data da referida comunicação ou publicação, este terá até trinta dias corridos após o término do prazo de licença ou férias para se apresentar na unidade de destino, exceto no caso de licença para tratar de interesses particulares.

§ 3º – A chefia imediata da unidade de origem, que mantiver o servidor público removido por período superior ao previsto no caput, estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 869, de 1952, em razão do descumprimento dos deveres estabelecidos na referida norma.

Seção V
Do Termo de Exercício

Art. 10 – Compete à chefia imediata da unidade para a qual o servidor público for removido enviar à Diretoria de Provisão e Carreiras da Semad no dia do início do exercício do servidor, o “Termo de Exercício da Remoção”.

Parágrafo único – A regularização junto ao Sistema de Administração de Pessoal do Estado de Minas Gerais fica condicionada à entrega do “Termo de Exercício da Remoção”, previsto no caput.

Art. 11 – A não regularização da remoção por meio do “Termo de Exercício da Remoção” poderá ensejar a suspensão do pagamento do servidor público e a responsabilização da chefia imediata.

Parágrafo único – A liberação do pagamento do servidor público ficará condicionada ao envio do referido termo.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 – É vedada a remoção a pedido de servidor público para município onde não exista unidade administrativa do órgão ou entidade de exercício, prevista em lei, decreto, resolução ou portaria.

Art. 13 – O pedido de remoção que não atender aos requisitos dispostos nesta resolução conjunta será automaticamente desconsiderado e arquivado.

Art. 14 – Os formulários de remoção e o “Termo de Exercício da Remoção” serão disponibilizados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI - da Semad, da Feam, do IEF e do Igam.

Art. 15 – Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 28 de outubro de 2021.

Marília Carvalho de Melo
Secretária de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

Renato Teixeira Brandão
Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins
Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas

Marcelo da Fonseca
Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas

28 1550585 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

A Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada: 1) LAS/Cadastro: *Posto Dunas Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Pirapora/MG, PA/Nº 2045/2021, Classe: 2. Válida até 29/04/2031, do responsável Posto Dunas Ltda., CNPJ 35.531.691/0001-34 para o novo titular Vilelao Comercio de Combustíveis Pirapora Ltda., CNPJ 42.909.608/0001-83. Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas.

28 1550232 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Jequitinhonha torna público que foi alterada a Razão Social do empreendimento abaixo identificado:

1) De: POSTO DE COMBUSTÍVEIS SOUZA & SOUZA LTDA. – CNPJ: 06.283.330/0001-18 – Para: Centro Automotivo Faroll Ltda. – CNPJ: 19.814.261/0001-73. PA/Nº 2875/2021. Validade: Prazo remanescente.

(a) Cândida Cristina Barroso de Vilhena, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Jequitinhonha

28 1549926 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Norte de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS/RAS: 1) Luiz Fernando Rievers Machado - Lavra a céu aberto - minerais metálicos, exceto minério de ferro e estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - Cônego Mariano/MG. PA/nº 3910/2020 ANM 830.738/2012. Classe: 2. Motivo: por não apresentar de forma tempestiva no processo de regularização as informações complementares exigidas pelo Sistema de Licenciamento Ambiental-SLA.

(a) Mônica Veloso de Oliveira, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Norte de Minas.

28 1550246 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) ICSK Brasil Construção Ltda., Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Montes Claros/MG, Protocolo nº 5255/2021; 2) Oxisoldas Comercio e Serviços Ltda., Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Montes Claros/MG, Protocolo nº 5299/2021; 3) Grande Sertão Burtitzeiro de Energia Fotovoltaica Ltda. / UFV GS Burtitzeiro 01, UFV GS Burtitzeiro 02 e UFV GS Burtitzeiro 03, Usina solar fotovoltaica, Burtitzeiro/MG, Protocolo nº 5356/2021; 4) Granja Ave Minas Agrícola Ltda., Avcultura, Serranópolis de Minas/MG, Protocolo nº 5366/2021.

(a) Mônica Veloso de Oliveira, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

28 1550497 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) torna públicas as DECISÕES determinadas pela 53ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF), realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual:https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1JsJ4w, no dia 28 de outubro de 2021, às 14h, a saber: 4. Exame da Ata da 52ª RO de 23/09/2021. APROVADA. 5. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação - “Ampliação”: 5.1 Vital Engenharia Ambiental S.A./CTR Macaúbas - Aterro sanitário, Inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte - ASPP, canalização e/ou retificação do curso d’água, aterro para resíduos não perigosos - classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos de construção civil - Sabará/MG - PA/Nº 00543/2001/019/2019 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram SM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: ATÉ 17/12/2026. 6. Processo Administrativo para exame de Licença Prévía concomitante com a Licença de Instalação: 6.1 CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista/ Projeto Triângulo Mineiro - Linhas de transmissão de energia elétrica - Araxá, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte, Perdizes, Santa Juliana, Uberaba e Uberlândia/MG - PA/SLA/Nº 5225/2020 - Processo Híbrido SEI/Nº 1370.01.0046649/2020-04 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Supri, BAIXADO EM DILIGÊNCIA. 7. Processo Administrativo para exame de Licença Prévía concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação - “Ampliação”: 7.1 Vital Engenharia Ambiental S.A./Central de Tratamento de Resíduos - JF - Aterro para resíduos não perigosos - classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil; aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte - ASPP - Juiz de Fora/MG - PA/Nº 01276/2007/012/2019 - Processo Híbrido SEI/Nº 1370.01.0036679/2021-16 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram ZM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 8. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação Corretiva concomitante com a Licença de Operação. 8.1 Essencis MG Soluções Ambientais S.A./Unidade de Valoração Sustentável - UVS Essencis Juiz de Fora - Aterro para resíduos não perigosos - classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil - Juiz de Fora/MG - PA/SLA/Nº 2474/2021 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram ZM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 9. Processo Administrativo para exame de Renovação da Licença de operação: 9.1 Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA/ETE Ipameia - Estação de tratamento de esgoto sanitário - Ipatinga/MG - PA/Nº 00072/1994/011/2019 - Processo Híbrido SEI/Nº 1370.01.0028512/2020-47 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram LM. PEDIDO DE VISTAS pelo Conselheiro Paulo José de Oliveira representante da Associação Pró Pouso Alegre - APPA. 10. Processo Administrativo para exame de Exclução e Alteração de Condicionantes da Renovação da Licença de Operação: 10.1. Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA/ETE Araxá - Estação de tratamento de esgoto sanitário - Araxá/MG - PA/Nº 18847/2005/003/2019 - Processo Híbrido SEI/Nº 1370.01.0010823/2021-19 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TM. DEFERIDA.

(a) Alice Libânia Santana Dias, Presidente Suplente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Presidente da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização

28 1550594 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Aço Verde do Brasil S.A., Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada, Burtitzeiro/MG, PA/nº 5418/2021, Classe 3.

(a) Mônica Veloso de Oliveira, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

28 1550238 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público o cancelamento da Licença Ambiental abaixo identificada:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Bioceletas de Resíduos Ltda. ME, unidade de transferência de resíduos de serviços de saúde (UTRSS), Conselheiro Lafaiete/MG, PA/Nº 08080/2019/001/2019, classe 3. Motivo: a pedido do empreendedor.

(a) Fernando Baliani da Silva - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Expresso M & R Transportes Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, São Joaquim de Bicas/MG, Processo nº 5337/2021. 2) Fazenda Vargem Alegre/João Celestino de Melo, extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha e extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Rio Manso/MG, Processo nº 5338/2021. 3) Rede Santana Combustíveis BR 135 Curvelo Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis de aviação, Curvelo/MG, Processo nº 5340/2021. 4) MMC Iluminação Eireli, fabricação de eletrodutos metálicos e/ou componentes eletroeletrônicos, inclusive lâmpadas, Nova Lima/MG, Processo nº 5360/2021. 5) RBC Transportes de Cargas Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Belo Horizonte/MG, Processo nº 5365/2021. 6) Empreendimentos Rodeiro S/A, transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Três Marias/MG, Processo nº 5374/2021. 7) Empreendimentos Rodeiro S/A, transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Muriaé/MG, Processo nº 5375/2021. 8) Hiper Transportes Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Guarulhos/SP, Processo nº 5376/2021. 9) Keley Costa Reis Silva, aparelhamento, beneficiamento, preparação e transferência de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Papagaio/MG, Processo nº 5389/2021. 10) Ardósia Barcelos Ltda., aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Papagaio/MG, Processo nº 5390/2021. 11) Bemar Locação Eireli, transporte rodoviário de produtos e resíduos

perigosos, Itabirito/MG, Processo nº 5391/2021. 12) Rejaille Distribuidora de Petróleo Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Betim/MG, Processo nº 5392/2021. 13) HR Pedras Ltda., aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Papagaio/MG, Processo nº 5417/2021. 14) Two Nero Indústria e Comércio de Produtos Químicos Eireli, central de armazenamento temporário e/ou transferência de resíduos Classe I perigosos e produção de substâncias químicas e de produtos químicos inorgânicos, orgânicos, organo-inorgânicos, exceto produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleaginosas, do curvão-de-pedra e da madeira, Mateus Leme/MG, Processo nº 5419/2021.

(a) Fernando Baliani da Silva - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo indeferimento.

1) Lavepi Ltda., lavanderias industriais para tingimento e/ou amaciamento e/ou outros acabamentos químicos e/ou lavagem a seco que utilizem solventes orgânicos, Prudente de Moraes/MG, Processo nº 5361/2021. Motivo: impossibilidade do licenciamento ambiental na modalidade LAS Cadastro para a atividade F-06-02-5 de acordo com Art. 19 da DN nº 2017/2017.

(a) Fernando Baliani da Silva - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público os arquivamentos dos processos de Licenciamento Ambiental abaixo identificados:

* Licença de Operação Corretiva (LOC): 1) Metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Linha 1, trens metropolitanos, Belo Horizonte/MG, PA/Nº 43920/2013/001/2015, classe 5. Motivo: não atendimento a informação complementar. 2) Lafargeholcim Brasil S.A., lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento; unidade de tratamento de minerais UTM (argila), Pedro Leopoldo/MG, PA/Nº 00160/1997/015/2007, ANM/Nº 804427/1973, classe 3. Motivo: não apresentação de informações complementares. * Licença Prévía (LP): 1) Cinape Participações & Logística Ltda., ferrovias; terminal de minério; terminal de cargas, exceto minérios e produtos químicos e petroquímicos, Igarapé/MG, PA/Nº 13678/2011/001/2013, classe 5. Motivo: não apresentação de informações complementares. *Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Quiriate Construções Eireli, usinas de produção de concreto asfáltico, Pedro Leopoldo/MG, Processo nº 4896/2021, classe 3. Motivo: caracterização inadequada no SLA. 2) Armazém/Armazém 356 Empreendimento Imobiliário S.A., atividades e empreendimentos residenciais multifamiliar, comerciais ou industriais previstos no art. 4º-B, da Lei Estadual 15.979 de 2006, desde que sujeitos ao licenciamento ambiental estadual nos termos da Deliberação Normativa Copam nº 222, de 23 de maio de 2018, Belo Horizonte/MG, Processo nº 1031/2021, classe 4. Motivo: não atendimento a informação complementar.

(a) Fernando Baliani da Silva - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Mineracan Comercial Ltda, unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco, Itaiaci/MG, Processo nº 5436/2021, classe 2.

(a) Fernando Baliani da Silva - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, convoca os interessados a comparecer à Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima), nos termos da Resolução Semad nº 3.018, de 09 de novembro de 2020, que estabelece, em caráter excepcional e temporário, a possibilidade de realização de audiência pública de forma remota, por meio da internet, durante o período da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19), no âmbito do processo de licenciamento ambiental do empreendimento Projeto Alteamto dos Módulos Oeste 1 e Central do Depósito de Rejeitos Murici - DRM, CNPJ: 42.416.651/0001-07, Nº do Processo 639/2021 (SLA), Classe 6, Licenciamento Ambiental Trifásico (LAT) - Licença Prévía (LP), para as atividades de barragem de contenção de resíduos industriais, localizado no município de Três Marias/MG, em análise pela Supram Central Metropolitana (Supram CM), a se realizar no dia 23 de novembro de 2021 às 19h, no seguintes endereços:

Transmissão virtual:nexabarragens.com.br/licenciamentos/ Local de realização e transmissão da Audiência Pública virtual: Rua José Rodrigues Pereira, 739 - Buritis, Belo Horizonte - MG, 30455-640, com limite de 25 pessoas.

Espaço presencial: 1. Ginásio Poliesportivo de Três Marias, localizado à Praça João XXIII, Três Marias/MG, com capacidade para 300 (trezentas pessoas) e 2. Escola Municipal Olinto Gonçalves de Melo, localizada no Bairro Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté /MG, com capacidade para 50 (cinquenta pessoas).

Informa, ainda, que o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) se encontra à disposição dos interessados nos seguintes endereços e dias:

a) nexabarragens.com.br/licenciamentos/: permanente, durante o período do licenciamento;
b) Secretaria de Meio Ambiente de Três Marias/MG - Endereço: Rua Benjamin Constant, Nº 101, Bairro JK, Três Marias: 23 de outubro a 23 de novembro de 2021;

c) Câmara Municipal de Três Marias - Endereço: Avenida Felinto Müller, 205 - Três Marias: 23 de outubro a 23 de novembro de 2021;
d) Secretaria de Meio Ambiente de São Gonçalo do Abaeté/MG - Endereço: Rua Dois, n. 230, Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté - 23 de outubro a 23 de novembro de 2021;

No local onde será permitida a presença dos organizadores da reunião serão tomadas as medidas necessárias para prevenção ao Covid-19.

(a) Fernando Baliani da Silva - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Central Metropolitana torna público o indeferimento dos processos de Licenciamento Ambiental abaixo identificados:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Suzano S.A. -Ponto de Abastecimento (PA) / Tanques aéreos tipo SKID, postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Sete Lagoas/MG, Processo nº 2114/2021, Classe 2. Motivo: não apresentação do AVCB válido e emitido em nome do empreendimento, não apresentação de regularização ambiental para a utilização de recursos hídricos (artigo 15 da deliberação normativa DN Copam 217/2017). 2) Rede 1000 Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Pedro Leopoldo/MG, Processo nº 1085/2021, Classe 3. Motivo: inviabilidade técnica. 3) Município de Entre Rios de Minas, interceptores, emissários, elevatórios e reversão de esgoto e estação de tratamento de esgoto sanitário, Entre Rios de Minas/MG, Processo nº 3227/2021, Classe 2. Motivo: inviabilidade técnica (artigo 15 da DN Copam 217/2017). 4) Magnesia Refratários S.A., lavra a céu aberto - minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento e pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento (argila), ANM/Nº 832.953/2002, Itabirito/MG, Processo nº 2614/2021, Classe 2. Motivo: inviabilidade técnica (artigo 15 da DN Copam 217/2017). 5) ETE Solar de Santa Rita - Jambreiro Empreendimentos Imobiliários Ltda., estação de tratamento de esgoto sanitário, Nova Lima/MG, Processo nº 4341/2021, Classe 2. Motivo: inviabilidade técnica (artigo 15 da DN Copam 217/2017). *Licença de Instalação Corretiva concomitante com Licença de Operação (LAC2): 1) Warico Elerson Correa, usinas de produção de concreto comum, Jaboticatubas/MG, Processo nº 3270/2021, Classe 3. Motivo: não foi apresentado no âmbito do processo o ato autorizativo para subsidiar a supressão de vegetação ocorrida na área. *Licença de Operação Corretiva (LAC1): 1) Organizações RC Eireli, outras formas de destinação de resíduos não listadas ou não classificadas, Prudente de Moraes/MG, Processo nº 4559/2021, Classe 4. Motivo: considerando tratar-se de empreendimento em operação e que não foram constatadas adequadas medidas de controle ambiental para os impactos gerados, verifica-se a inviabilidade ambiental do empreendimento.

(a) Fernando Baliani da Silva - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

